



RESOLUÇÃO CONSUP Nº 17, DE 21 DE JULHO DE 2021

Autoriza aos Colegiados dos Câmpus o acionamento da Fase 2 da Política de Segurança Sanitária, a partir do dia 02 de agosto de 2021.

O Presidente do CONSELHO SUPERIOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições estatutárias, e atendendo as determinações da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008,

Considerando a Política de Segurança Sanitária do IFSC, aprovada conforme Resolução CONSUP nº 16, de 09 de julho de 2021;

Considerando o relatório emitido pelo Comitê Técnico Científico COVID19 do IFSC (anexo);

Considerando as decisões do Conselho Superior na 40ª reunião extraordinária, realizada em 19 de julho de 2021;

RESOLVE:

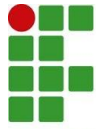
Art. 1º Autorizar o acionamento, a partir de 02 de agosto de 2021, da Fase 2 da Política de Segurança Sanitária - PSS, por deliberação dos respectivos Colegiados dos Câmpus, desde que satisfeito o levantamento de boas práticas em segurança.

Art. 2º Tanto na Fase 0 quanto nas Fases 1 e 2, todos os câmpus deverão manter os calendários acadêmicos com atividades pedagógicas não presenciais (ANP), realizadas de acordo com a Resolução CEPE nº 41 de 30 de julho de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ DALA POSSA

Autorizado conforme despacho no documento nº 23292.020362/2021-53.



Relatório CTC para Acionamento da Fase 2 da PSS

Comitê Técnico Científico (CTC)

Florianópolis, 14 de julho de 2021.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	3
2 CARACTERIZAÇÃO DA FASE 2 DA PSS	3
3 ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA FASE 1 PELOS CÂMPUS	4
4 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS PROTOCOLOS BIOSANITÁRIOS	7
5 EVOLUÇÃO DO CENÁRIO PANDÊMICO EM SANTA CATARINA	8
6 IMPACTO DA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO IFSC	11
7 PARECER E RECOMENDAÇÕES	13
ANEXO I - LEVANTAMENTO DE BOAS PRÁTICAS DE BIOSSEGURANÇA	15
ANEXO II - RESULTADOS DO LEVANTAMENTO DE BOAS PRÁTICAS DE BIOSSEGURANÇA	23

1 APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo subsidiar o Conselho Superior do IFSC quanto à autorização para o acionamento da Fase 2 da Política de Segurança Sanitária (PSS) pelos câmpus, Cerfead e Reitoria, conforme estabelecido na Resolução CONSUP 16, de 09 de julho de 2021.

Ressaltamos que este documento dispõe somente sobre a Fase 2 e que para acionamento de fases posteriores, serão necessárias análises e relatórios futuros.

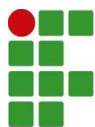
O documento está estruturado de forma a apresentar a descrição da Fase 2 da PSS (Seção 2), analisar a implantação da Fase 1 pelos câmpus (Seção 3), avaliar o cumprimento dos protocolos biossanitários pelas diferentes unidades (Seção 4), descrever a evolução do cenário pandêmico em SC (seção 5), caracterizar o impacto da suspensão das atividades presenciais no IFSC (Seção 6) e explicitar o parecer e recomendações por parte do CTC quanto a autorização para acionamento da Fase 2 pelos câmpus (Seção 7).

2 CARACTERIZAÇÃO DA FASE 2 DA PSS

A Fase 2, conforme descrita na PSS (Quadro 6), se caracteriza como um período de no mínimo 21 dias, onde se dará o retorno parcial das atividades administrativas e acadêmicas presenciais, devendo ser respeitado o limite de **até 30% do público** (servidores, estudantes e terceirizados) de cada unidade.

A prioridade de retorno presencial está definida conforme segue:

- estudantes formandos para aulas de laboratório e realização de experimentos para a conclusão de Projetos Integradores e TCC;
- aulas de laboratório com escalonamento de dias e horários;
- estudantes de cursos EJA-EPT e estudantes em privação de liberdade que já completaram o ciclo vacinal, conforme avaliação de sua pertinência e possibilidade pelo câmpus;
- disponibilização de laboratórios de informática a estudantes sem acesso às AN;
- retorno de atividades de pesquisa que não possam permanecer paradas tendo em vista o cumprimento de prazos constantes em



edital ou sob risco de prejuízo irreparável ao seu andamento;

- retorno de servidores que não constituam grupo de risco e atuem em setores essenciais à realização das atividades acadêmicas.

Ainda conforme descrito na PSS, a Fase 2 deve ser acionada após atendidos os seguintes **pré-requisitos**:

- 1) Aprovação do Plano de Contingência Local (ou semelhante) pelo município em que o câmpus está situado, exceto se não exigida pelo comitê municipal;
- 2) Disponibilidade de capacitação da comunidade acadêmica para cumprimento dos protocolos de biossegurança;
- 3) Mapeamento de espaços a serem utilizados, de horários e fluxos de atividade para acionamento da Fase 2;
- 4) Análise de relatório de acompanhamento de implantação da Fase 1 elaborado pelas CLC, a partir de orientações do CTC;
- 5) Verificação de Risco Potencial GRAVE por 14 dias na região de saúde em que se encontra o câmpus;
- 6) Ateste em formulário específico da capacidade dos câmpus de cumprimento das boas práticas de biossegurança previstas na PSS/PLANCON;
- 7) Autorização do Consup para acionamento da Fase 2, a partir de relatório do CTC;

Importante observar ainda que na Fase 2 estudantes e servidores que compõem grupo de risco só poderão acessar presencialmente qualquer unidade do IFSC tendo completado o ciclo vacinal para Covid-19.

3 ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA FASE 1 PELOS CÂMPUS

Os câmpus elencados no Quadro 1 acionaram a Fase 1 a partir de 17 de maio de 2021, conforme autorizado pela Resolução CONSUP 12, de 26 de abril de 2021. As unidades que ainda se encontram na Fase 0 são Garopaba, Gaspar, Lages, São Carlos, Urupema, Cerfead e Reitoria. Os resultados quantitativos da consulta sobre o andamento da Fase 1 são apresentados a seguir.

Quadro 1 - Dados quantitativos acerca do funcionamento dos câmpus na Fase 1 da PSS.

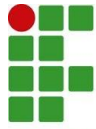
Câmpus	Estudantes*	Servidores*	Terceirizados*	Total*	Covid-19
ARU	1	6	18	25	0
CDR	1	3	11	14	0
CAN	0	6	11	20	
CCO	3	9	16	28	0
CRI	1	17	14	31	0
FLN	40	30	52	122	0
CTE	0	6	12	20	1
ITJ	0	4	9	13	0
JAR	0	3	9	12	0
RAU	2	7	13	22	0
JLE	12	13	16	41	0
PHB	0	3	13	20	0
SJE	1	10	12	28	0
SLO	0	3	5	8	0
SMO	4	10	11	25	0
TUB	0	2	5	9	0
XXE	0	5	12	17	0
Total	65	137	239	455	1

Fonte: Elaborado pelo CTC com base em formulário eletrônico preenchido pelos câmpus que implantaram a Fase 1.

* Número médio diário de pessoas (por segmento e total) que acessaram os câmpus até 09/07/2021.

Fica evidente, portanto, o baixo número médio de pessoas (por segmento e total) que acessaram diariamente os câmpus na Fase 1. Sendo o maior quantitativo (total) pertencente ao segmento dos trabalhadores terceirizados, seguido pelos servidores e, por último, os estudantes. Apenas 1 caso de Covid-19 foi confirmado entre o público que acessou os câmpus durante a Fase 1.

No que se refere à disponibilidade de capacitação da comunidade acadêmica para cumprimento dos protocolos de biossegurança, até a apresentação deste relatório, foram emitidos 180 certificados para servidores e 90 para estudantes.



Quanto ao conjunto das atividades gerais que estão sendo realizadas e que foram informadas pelos câmpus que se encontram na Fase 1, destacam-se:

- implantação das estratégias e condições definidas nos PLANCONs;
- acompanhamento de obras e manutenção predial, realização de processos licitatórios e de compras, fiscalização de contratos e serviços continuados, recebimento de produtos/materiais e rotinas de almoxarifado;
- configuração, instalação e conferência de equipamentos eletrônicos recebidos ou emprestados e atendimento de chamados de manutenção de manutenção de rede;
- acesso a documentos e pastas físicas, digitalização de documentos e entrega ou recebimento de documentação.
- impressão e entrega de material didático a estudantes sem acesso às ANPs;
- entrega de alimentos a estudantes/familiares;
- entrega/recebimento de livros a docentes/estudantes e catalogação de livros novos;
- gravação de videoaulas em laboratórios;
- execução de projetos de TCC de cursos de graduação e de pesquisa que estão em andamento e necessitam de laboratório para realização.

Sobre as dificuldades enfrentadas na implantação da Fase 1, destacam-se:

- Dificuldade no preenchimento/controle do formulário de acesso diário aos câmpus, que tende a se agravar com o acesso de um público maior nas fases posteriores e pode levar a necessidade de organização de "fila" na entrada do câmpus. Sugere-se que seja reavaliada a necessidade/eficácia do preenchimento do formulário de acesso aos câmpus;
- Limitações para implantação de certas medidas: ausência de tapetes Pedilúvio; manutenção dos pedilúvios nos locais adequados; quantitativo reduzido de máscaras de tecido; baixa aderência ou durabilidade das fitas adesivas ao chão;
- Resistência dos terceirizados ao uso de EPI's conforme PSS e necessidade de reforçar constantemente a obrigatoriedade do uso de máscaras;
- Indefinição na Política com relação a casos de membros internos que tiveram contato com contaminados em que o médico indique aptidão ao trabalho;
- Encontrar servidores dispostos a colaborar com a barreira sanitária;
- Organização das tabelas com os autorizados a acessar o câmpus a cada dia;
- Faltas de estudantes agendados para realização de trabalhos/pesquisas nos laboratórios, tornando a preparação de barreira sanitária ociosa ou desnecessária;
- Vários câmpus relataram não terem dificuldades maiores em razão da baixa quantidade de pessoas frequentando a unidade.

4 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS PROTOCOLOS BIOSANITÁRIOS

Considerando que dentre os pré requisitos de acionamento da Fase 2 da PSS, sobressai-se o cumprimento dos protocolos e medidas de biossegurança pelos câmpus, conforme descritos na Política e nos Planos de Contingência (PLANCON) locais, o CTC elaborou uma ferramenta para levantamento e avaliação das condições de biossegurança de cada unidade do IFSC, com base no documento publicado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) "[Recomendações para o planejamento de retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia de Covid-19](#)".

O referido documento explicita que escolas são serviços essenciais para a proteção e desenvolvimento socioeconômico das comunidades que atendem e que estudos científicos relevantes indicam que a modalidade de ensino presencial não foi associada a uma transmissão significativa da infecção por SARS-CoV-2, a qual ocorre, prioritariamente, em ambientes escolares quando as estratégias de proteção e redução dos riscos não são implementadas ou não são seguidas. O planejamento deste retorno a partir de um diagnóstico local, com preparação dos ambientes e engajamento da comunidade escolar (trabalhadores, estudantes e pais e responsáveis) é capaz de garantir soluções coletivas que atendam com segurança o direito à educação.

Deste modo, o instrumento elaborado para análise das condições de biossegurança dos câmpus considera os seguintes protocolos estabelecidos na PSS:

- 1) Distanciamento físico;
- 2) Uso universal de máscaras;
- 3) Higiene pessoal e ambiental;
- 4) Detecção e isolamento de indivíduos suspeitos respiratórios;
- 5) Procedimentos de adequação institucional.

Cada uma destas dimensões agrega um conjunto de medidas e ações, totalizando 53 itens aferidos (Anexo I). Estas dimensões foram tabuladas e classificadas conforme quadro abaixo:

Matriz de Adoção de Boas Práticas de Biossegurança		
	Estratégias não implementadas	Elevado Risco de Biossegurança, não se recomenda o avanço para a fase 2
	Estratégias com necessidade de adequação específica	Moderado de Risco de Biossegurança, o avanço para a fase 2 depende de adequações específicas
	Estratégias foram implementadas plenamente	Atende os Critérios de Biossegurança, possibilidade de avanço para a fase 2

A aplicação preliminar do instrumento elaborado pelo CTC junto aos câmpus do IFSC, no período de 23 de junho a 30 de junho, permitiu observar que a maioria das unidades se encontram em fase de implantação dos protocolos e que há várias estratégias e medidas que necessitam de adequação, devendo ser completado simultaneamente ao acionamento da Fase 2 (Anexo 2).

Importante registrar que, segundo relatos obtidos dos dirigentes dos câmpus, as adequações poderão ser realizadas a curto prazo e serão providenciadas assim que o CONSUP autorizar e definir a data a partir da qual os colegiados das diferentes unidades apreciarão o acionamento da Fase 2.

Torna-se indispensável, portanto, que cada câmpus consulte o resultado do levantamento para realizar as adequações necessárias antes do acionamento da Fase 2.

5 EVOLUÇÃO DO CENÁRIO PANDÊMICO EM SANTA CATARINA

A atualização do risco potencial das regiões do estado apresenta atualmente, oito regiões que foram classificadas com risco potencial gravíssimo e oito com risco grave.

Figura 1 - Atualização do risco potencial das regiões do estado



Fonte: COES - Atualização de risco potencial das regiões do estado, 10/07/2021 - Matriz base (coronavirus.sc.gov.br). Disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Matriz-base-10-07-2021.pdf>

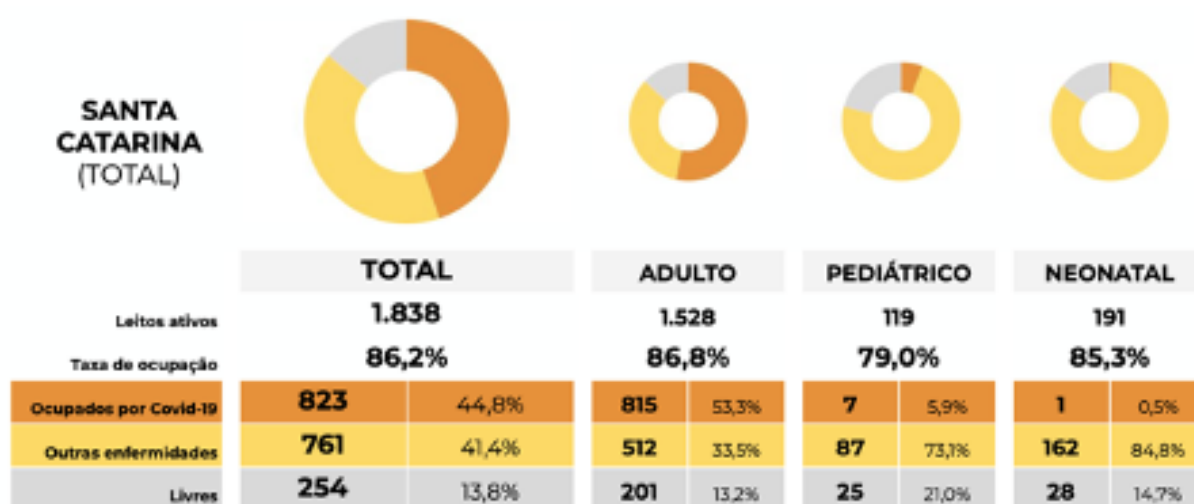
Para análise dos dados atuais do cenário pandêmico no estado, tomamos como base a matriz epidemiológica do estado, considerando evento sentinela, transmissibilidade, monitoramento e capacidade de atenção, por serem estas informações que nos permite pensar prospectivamente.

Considerando a **transmissibilidade** da doença, medida pela taxa R(t) que considera valores acima de 1 para risco de transmissão, de acordo com os dados da Plataforma multiescalar territorial COVID-19 (Disponível em: <http://covid19.defesacivil.sc.gov.br>), Santa Catarina apresentou índice de 0,99%. Na Grande Florianópolis, o índice atual é de 0,93%, muito semelhante às demais regiões com 0,92%.

De acordo com dados das Secretarias Estaduais de Saúde, Portal COVID-19 Brasil (Disponível em: <https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/acessado> 2021 Jul 13), no que se refere à média móvel no Brasil, esta é a menor desde fevereiro (2021), demonstrando queda também em diagnósticos da doença, com variação de -31% (14 dias). Em Santa Catarina, a **média móvel** apresenta queda em -25%.

Em relação a **ocupação de leitos** de UTI adulto – SUS, a Figura 2 mostra que a taxa geral de ocupação está em 92,9%, sendo 80,90% de taxa de ocupação para Covid no estado de Santa Catarina.

Figura 2 - Painel de leitos de UTI-SUS

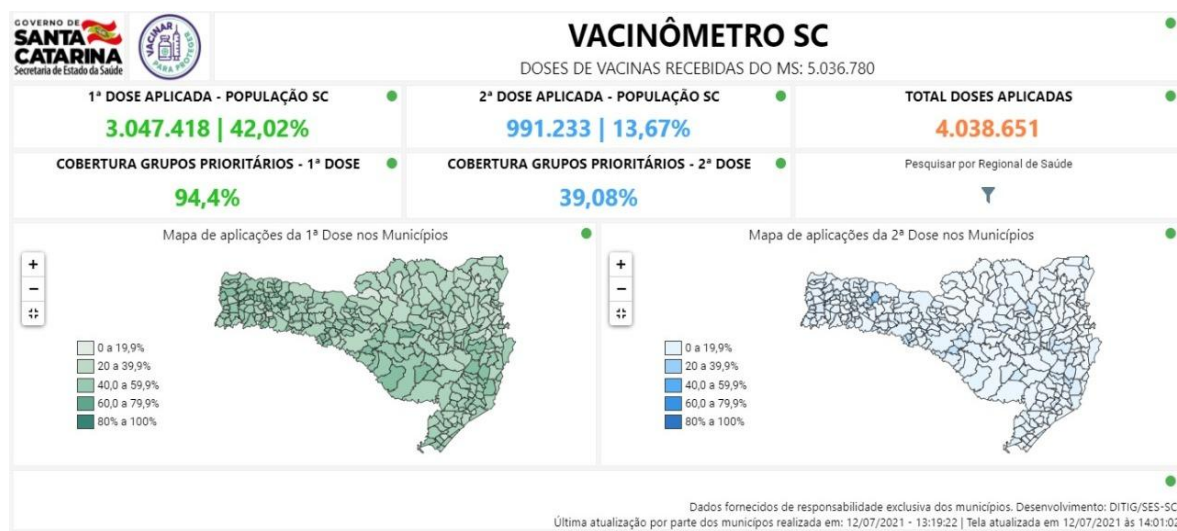


Fonte: Coronavírus Boletim Epidemiológico, 12/07/2021. Disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/boletim-epidemiologico-12-07-2021.pdf>

A análise da situação vacinal do estado de Santa Catarina (Figura 3) demonstra expressiva cobertura vacinal com primeira dose e avanços de cobertura vacinal para segunda

dose, tendo em vista o intervalo preconizado entre uma dose e outra. Os resultados dessa imunização, ainda que incompleta, são perceptíveis quando analisados dados referentes à transmissibilidade e ocupação de leitos de UTI. Considerando o aumento da disponibilidade de imunizantes, o governo tem feito reiteradas comunicações na mídia sobre a crescente possibilidade de uma imunização da população maior de 18 anos até dezembro de 2021.

Figura 3 - Vacinômetro SC.



Fonte: DITIG/SES-SC, 12/07/2021. Disponível em:

<http://sgswknow.saude.sc.gov.br/#/public/dashboard/MjAwLjE5LjlyMi4yNA==/211/%7B68AE9BAF-B5AE-4548-8681-1DCA3E838F66%7D/F7552665-9F31-040A-FEB6-1CB7133E4E6D-ACE>

Desse conjunto de dados e informações, denota-se uma tendência de diminuição dos indicadores de transmissibilidade e gravidade do quadro pandêmico de Covid-19, ao longo das últimas duas semanas no Estado de Santa Catarina. Podendo se considerar que isso é reflexo do avanço no processo de imunização da população. Mantida essa evolução do quadro pandêmico em Santa Catarina, no sentido da redução do agravamento e melhoria da avaliação de risco das diferentes regiões de saúde, estará atendido um outro importante pré-requisito de acionamento da Fase 2, qual seja, a verificação de Risco Potencial GRAVE por 14 dias na região de saúde em que se encontra o câmpus.

6 IMPACTO DA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO IFSC

Desde 17 de março de 2020, o IFSC está com as atividades acadêmicas e

administrativas suspensas devido às medidas de enfrentamento à pandemia Covid-19. A implantação do regime de atividades pedagógicas não presenciais (ANP) e do regime de trabalho remoto emergencial (TRE), apesar de terem se mostrado estratégias exitosas para continuidade do atendimento escolar e funcionamento institucional, impactaram significativamente o contexto acadêmico nos diferentes câmpus e Reitoria.

Dado o longo período desse contexto acadêmico e administrativo excepcional, apresentamos a seguir alguns indicadores com o intuito de mensurar o impacto no desempenho institucional e subsidiar as decisões para retomada gradual das atividades presenciais definida na PSS.

O Quadro a seguir sistematiza dados do ingresso no IFSC nos últimos quatro semestres, especificamente em termos de cursos ofertados, vagas e candidatos inscritos.

Quadro 1 – Dados do Ingresso no IFSC nos últimos quatro semestres*.

SEMESTRE	CURSOS	VAGAS	CANDIDATOS
2019.2	325	11092	42514
2020.2	161	8500	33181
2020.1	420	13499	62270
2021.1	361	13391	64463

Fonte: Sistema de Ingresso IFSC – Extraído pelo DEING/PROEN. * Não constam informações do ingresso EJA-EPT, Transferências e Retornos pelo fato dos processos estarem descentralizados (câmpus).

Com base nesses dados e olhando especificamente para os dois últimos semestres (2020.2 e 2021.1), onde o processo de ingresso foi significativamente impactado pela pandemia Covid-19 e pelo contexto institucional adverso, é possível constatar:

- Redução da oferta de cursos - 49% em 2020.2 e 14% em 2021.1, quando comparados aos “semestres espelhos” (2019.2 e 2020.1, respectivamente);
- Redução da oferta de vagas - 14% em 2020.2 e 1% em 2021.1, quando comparados aos “semestres espelhos”;
- Redução de candidatos inscritos – 22% em 2020.2;

O ligeiro aumento no quantitativo de candidatos inscritos em 2021.1 (4%) sugere uma recuperação do processo ingresso quando comparado a 2020.1.

Além do ingresso em termos de cursos, vagas e candidatos, quando se avalia o quantitativo de matrículas novas realizadas em 2020 (19.377) e se compara ao obtido em

2019 (23.343), consta-se uma redução de 17% no número de ingressantes.

Soma-se à redução no número total de matrículas no ano 2020 o aumento na taxa de evasão e rebaixamento da taxa de eficiência acadêmica (alunos concluintes nos cursos com ciclo de matrícula integralizado no ano anterior ao de referência), conforme evidenciado no quadro a seguir.

Quadro 2 – Taxas de Evasão e Eficiência Acadêmica do IFSC, 2019 e 2020.

ANO	EVASÃO ANO (%)	EFICIÊNCIA ACADÊMICA (%)
2019	27,6	47,2
2020*	38,2*	31,6*

Fonte: [Plataforma Nilo Peçanha](#) (PNP) e [Prévia PNP/DEIA/PROEN 2021\(*\)](#).

Como pode ser evidenciado, no ano letivo 2020, houve aumento da “taxa de evasão” em 10,6% e redução da “eficiência acadêmica” na ordem de 15,6%, quando comparado aos dados do ano letivo 2019.

Suspeita-se que a taxa de evasão seja ainda maior por conta do grande número de alunos ativos no SIGAA mas sem matrícula em nenhum componente curricular. O Dashboard Informações Acadêmicas produzido pela DEIA/PROEN e DG/PRODIN indicam que dos 30.128 alunos que estão cursando no IFSC até 13/07/21, 4.679 encontram-se “ativos sem turma”.

Por último, quando se levanta os dados sobre alunos concluintes em 2020 (3.150), comparativamente ao ano de 2019 (6.262), se evidencia uma redução do quantitativo de concluintes em 50,3% ([Dashboard Informações Acadêmicas DEIA/DGC, 2021](#)).

Um outro dado relacionado a esta problemática vem de um levantamento efetuado em fevereiro de 2021 pela DIREN/PROEN que identificou aproximadamente 1.900 estudantes de fases finais, de mais de 70 cursos técnicos e de graduação do IFSC, que estão aguardando a retomada das atividades presenciais para cumprirem com a carga horária de atividades práticas e de laboratório e se formarem.

Os indicadores acadêmicos aqui expostos e relacionados às dimensões do ingresso, permanência e êxito, permitem constatar, portanto, que a suspensão das atividades presenciais por longo período trouxe prejuízos ao desempenho institucional e ao papel socioeducativo desempenhado pelo IFSC. Prejuízos esses que serão agravados se não for possível, nos próximos meses, o avanço às fases da PSS que permitem ampliar gradativamente o atendimento dos públicos estratégicos, priorizando aqueles grupos de

estudantes mais vulneráveis, como está posto para a Fase 2.

7 PARECER E RECOMENDAÇÕES

Considerando as condições para acionamento da Fase 2 da PSS, o resultado da implantação da Fase 1, a estratégia para avaliação do cumprimento dos protocolos de biossegurança pelos câmpus, o cenário de redução do agravamento da pandemia em Santa Catarina e os impactos da suspensão das atividades presenciais sobre o desempenho institucional descritos nas diferentes seções deste relatório, o CTC é de parecer FAVORÁVEL e recomenda ao CONSUP que autorize os colegiados dos câmpus/Cerfead/Reitoria a apreciarem as condições para o acionamento da Fase 2 da PSS.

Indicamos ainda que:

- 1) Servidores e estudantes que compõem grupo de risco e não completaram 28 dias após o término do ciclo vacinal completo não devem acessar os câmpus, devendo-se avaliar também as instruções dadas aos estudantes e servidores no processo.
- 2) Os estudantes podem optar por não retornar à presencialidade nesta Fase, devendo a continuidade da oferta de ANPs ser dimensionada e orientada caso a caso pelos câmpus.
- 3) Nos setores que retornarem às atividades presenciais consideradas essenciais para o acionamento da Fase 2, poderá haver um escalonamento de servidores. Os horários de funcionamento dos setores podem ser reduzidos, de acordo com as normativas vigentes.
- 4) Durante a implantação da Fase 2, a Comissão Local de Contingência elaborará relatório de acompanhamento conforme orientações do CTC.
- 5) O acionamento da Fase 2 obriga as unidades ao cumprimento integral da PSS, inclusive no que se refere ao escalonamento de turnos e horários de funcionamento e cumprimento integral de protocolos biossanitários.
- 6) O retorno de fase poderá ocorrer se o câmpus deixar de ter condições de atendimento integral aos protocolos biossanitários ou em caso de determinação expressa de autoridade municipal ou estadual.

Comitê Técnico Científico da PSS IFSC
Portaria nº 1.405, de 13 de maio de 2021

ANEXO I - LEVANTAMENTO DE BOAS PRÁTICAS DE BIOSSEGURANÇA

Câmpus:

Responsável pelo Preenchimento:

Protocolos de Biossegurança avaliados
Distanciamento Físico Social
Uso Universal de Máscaras
Higiene Pessoal e Ambiental
Deteção e Isolamento de Indivíduos Sintomáticos Respiratórios
Procedimentos de adequação institucional

I - Distanciamento Físico Social					
Nº	Questão:	SIM	NÃO	AD.E*	N.A**
1	Existem protocolos e medidas para garantir distanciamento mínimo de 1,5 metro entre os indivíduos em qualquer espaço e na realização de qualquer atividade (ver Anexo 8)?				
2	Foi realizada ou está mantida a sinalização do piso com fita adesiva, posicionando o mobiliário dos diferentes ambientes garantindo a distância de segurança?				
3	Foi disponibilizada capacitação de servidores para que estes possam garantir um distanciamento físico e social e que possam orientar os estudantes e a comunidade a fim de mantê-lo ver Anexo 8)?				
4	Existem procedimentos planejados de orientação de estudantes para evitar aglomerações nos diferentes espaços e tempos, sobretudo na entrada, intervalos e saídas das aulas?				
5	Existem procedimentos planejados de orientação dos alunos para evitarem estar fora da sala ou laboratório durante os turnos de aula?				



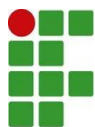
6	Existem procedimentos planejados de orientação aos alunos relativos a sua permanência nas dependências do câmpus apenas para atividades acadêmicas obrigatórias?				
7	Está disponível uma sinalização, com fita adesiva, no piso dos ambientes laboratoriais, uma linha indicando a distância segura entre professor e alunos?				
8	As atividades previstas no calendário de eventos internos do câmpus foram suspensas, adiadas ou alteradas para realização não presencial?				

*AD.E: Necessidade de Adequação Específica.

**N.A: Não se aplica.

Observações:

II - Uso Universal de Máscaras					
Nº	Questão:	SIM	NÃO	AD.E*	N.A**
1	Existem orientações e sinalizações sobre o uso obrigatório de máscaras por alunos, servidores, trabalhadores terceirizados e prestadores de serviço?				
2	É dada orientação para o tipo de máscara a ser utilizada e quantidades necessárias, bem como orientação de confecção?				
3	É dada orientação sobre o troca ou				



	descarte da máscara para alunos, servidores, trabalhadores terceirizados e prestadores de serviço?				
4	Há disponível estoque de máscaras descartáveis a serem fornecidas para a comunidade acadêmica e visitantes, quando necessária tal ação?				
5	Há divulgação dos protocolos de uso, higienização e descarte das máscaras no câmpus?				
6	Está garantido ao servidor acesso aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI)?				

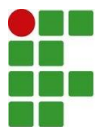
*AD.E: Necessidade de Adequação Específica.

**N.A: Não se aplica..

Observações:

III - Higiene Pessoal e Ambiental

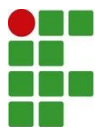
Nº	Questão:	SIM	NÃO	AD.E*	N.A**
1	Está estabelecido no câmpus um protocolo diário de Rotinas de Higienização para limpeza e desinfecção (conforme Anexo 6)?				
2	Os aparelhos de ar condicionado ou outros sistemas para garantir conforto térmico podem permanecer desligados?				
3	Existe restrições para manutenção				



	permanente de janelas e portas abertas, a fim de permitir a circulação do ar?				
4	Há dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e, especialmente, na entrada de salas, laboratórios e banheiros?				
5	Foram desativados os bebedouros de jato inclinado?				
6	O câmpus possui condições de permitir o abastecimento de água para garrafas trazidas de casa pelos servidores e alunos?				
7	Está disponível ao lado das bombas de água um dispenser de álcool 70 °INPM e papel toalha para higienização da torneira antes e após o seu acionamento, bem como cartaz com instruções de uso?				
8	Nos lavatórios, há dispensadores com sabão e papel toalha para higienização das mãos de fácil acesso, e cartaz ilustrativo?				
9	É disponibilizado acesso a materiais informativos sobre etiqueta da tosse disponíveis em pontos estratégicos e de maior circulação?				
10	Existem orientações quanto a troca de vestimenta para servidores, alunos e servidores terceirizados, conforme previsto na PSS?				
11	Existem orientações sobre os cuidados necessários a serem adotados no deslocamento dos servidores, alunos e servidores terceirizados do seu domicílio até o câmpus?				
12	Foi estabelecido procedimento para trânsito de documentos e materiais impressos?				

*AD.E: Necessidade de Adequação Específica.

**N.A: Não se aplica.



Observações:

IV - Detecção e isolamento de indivíduos sintomáticos respiratórios

Nº	Questão:	SIM	NÃO	AD.E*	N.A**
1	Está estabelecido um procedimento para aferição de temperatura de todas as pessoas que ingressam nas dependências do câmpus, por meio de termômetro digital infravermelho?				
2	Foi estabelecido o protocolo de encaminhamento e isolamento das pessoas suspeitas de Covid-19?				
3	É vedada a entrada no câmpus das pessoas cuja temperatura registrada seja igual ou superior a 37,8°C?				
4	Estão estabelecidos os procedimentos de orientação para indivíduos com febre e sintomas respiratórios quanto à realização de testes para diagnóstico da Covid-19?				
5	Há notificação das autoridades locais de saúde e de outras pessoas que tiveram contato com o infectado em caso de resultado positivo para Covid-19 do indivíduo que esteve no câmpus (Ver Quadro 11)?				
6	Há sala para isolamento temporário para manter de forma segregada, segura e confortável os indivíduos que apresentem sintomas de síndrome gripal, quando presentes no estabelecimento acadêmico, até os encaminhamentos?				



7	Foram designados responsáveis para conduzirem as ações na suspeita de pessoas com síndrome gripal presentes no câmpus?				
8	As pessoas que circulam pelos ambientes institucionais presencialmente preenchem questionário digital para entrada no câmpus?				

*AD.E: Necessidade de Adequação Específica.

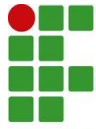
**N.A: Não se aplica.

Observações:

V - Procedimentos de adequação institucional					
Nº	Questão:	SIM	NÃO	AD.E*	N.A**
1	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Portaria e Recepção (Conforme item 8.1.1).				
2	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Corredores e áreas comuns (Conforme item 8.1.2).				
3	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Cantinas e refeitórios (Conforme item 8.1.3).				
4	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Local de distribuição de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Conforme item 8.1.4).				



5	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Banheiros (Conforme item 8.1.5).				
6	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Salas de Aula (Conforme item 8.2.1).				
7	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Laboratórios de ensino e pesquisa (Conforme item 8.2.2).				
8	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Bibliotecas (Conforme item 8.2.3).				
9	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Auditórios (Conforme item 8.2.4).				
10	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Setores pedagógicos e administrativos (Conforme item 8.3.1).				
11	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos às Salas de convivência de servidores (Conforme item 8.3.2).				
12	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Espaços de convivência discente (Conforme item 8.3.3).				
13	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos à Ambientes para atividades físico-desportivas (Conforme item 8.3.4).				
14	Foram adotados os procedimentos de biossegurança relativos ao Setor de saúde (Conforme item 8.3.5).				
15	A lotação máxima de cada laboratório, com as condições de distanciamento já foi calculada?				
16	Foram adquiridos os itens em quantidades adequadas, conforme				



	previsto no Anexo 4?				
17	Os servidores dos setores que necessitam trabalhar presencialmente para acionamento da Fase 2 apresentam certificado do curso sobre a Política de Segurança Sanitária para Covid-19 do IFSC?				
18	Foram feitas orientações aos servidores referentes as autodeclarações?				
19	Foi estabelecido Checklist sobre sinais e sintomas de Covid-19 para preenchimento diário?				

*AD.E: Necessidade de Adequação Específica.

**N.A: Não se aplica.

Observações:

ANEXO II - RESULTADOS DO LEVANTAMENTO DE BOAS PRÁTICAS DE BIOSSEGURANÇA

Câmpus	I - Distanciamento Físico Social	II - Uso Universal de Máscaras	III - Higiene Pessoal e Ambiental	IV - Detecção e isolamento de indivíduos sintomáticos respiratórios	V - Procedimentos de adequação institucional	Situação (até 01/07/2021)
ARU	Sim	Sim	Não (2)	Não (1)	Necessidade de Adequações Específicas (6)	Estratégias não Implementadas
CAN	Sim	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Estratégias com necessidade de adequação específica
CCO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Estratégias foram implementadas plenamente
CDR	Necessidade de Adequações Específicas (4)	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Necessidade de Adequações Específicas (4); Não (1)	Necessidade de Adequações Específicas (5)	Necessidade de Adequações Específicas (8)	Estratégias não Implementadas
CRI	Não (1); Necessidade de Adequações Específicas (2)	Sim	Não (3); Necessidade de Adequações Específicas (3)	Não (1); Necessidade de Adequações Específicas (1)	Não (2); Necessidade de Adequações Específicas (7)	Estratégias não Implementadas
CTE	Necessidade de Adequações Específicas (3)	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Necessidade de Adequações Específicas (7)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (7)	Estratégias com necessidade de adequação específica
FLN	Não Respondido	Não Respondido	Não Respondido	Não Respondido	Não Respondido	
GAS	Necessidade de Adequações Específicas (7)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (4)	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Necessidade de Adequações Específicas (10)	Estratégias com necessidade de adequação específica
GPB	Sim	Sim	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Sim	Estratégias com necessidade de adequação específica
ITJ	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (4)	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Estratégias com necessidade de adequação específica
JAR	Sim	Sim	Sim	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Estratégias com necessidade de adequação específica
JLE	Necessidade de Adequações Específicas (3)	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (8)	Estratégias com necessidade de adequação específica
LGS	Necessidade de Adequações Específicas (3)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (3)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (5)	Estratégias com necessidade de adequação específica



PHB	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Estratégias com necessidade de adequação específica
RAU	Necessidade de Adequações Específicas (5)	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Estratégias com necessidade de adequação específica
SCA	Não (4)	Não (1)	Não (6)	Não (4)	Não (4)	Estratégias não implementadas
SJE	Sim	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (3)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Estratégias com necessidade de adequação específica
SLO	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Necessidade de Adequações Específicas (1)	Necessidade de Adequações Específicas (4)	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (3)	Estratégias com necessidade de adequação específica
SMO	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (3)	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (5)	Estratégias com necessidade de adequação específica
TUB	Necessidade de Adequações Específicas (7)	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (5)	Necessidade de Adequações Específicas (4)	Necessidade de Adequações Específicas (9)	Estratégias com necessidade de adequação específica
URP	Não (3)	Não (1)	Não (3)	Não (1); Necessidade de Adequações Específicas (1)	Não (2); Necessidade de Adequações Específicas (7)	Estratégias não implementadas
XXE	Necessidade de Adequações Específicas (2)	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (3)	Sim	Necessidade de Adequações Específicas (6)	Estratégias com necessidade de adequação específica

Matriz de Adoção de Boas Práticas de Biossegurança	
	Estratégias não implementadas 6 Câmpus
	Estratégias com necessidade de adequação específica 15 Câmpus
	Estratégias foram implementadas plenamente 1 Câmpus